

LEITE, Beatriz Martins Oliveira ¹

SANTOS, Bruna Matos Silveira dos ²

AFONSO, Paulo Adaias Carvalho – Orientador ³

Introdução: A presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, relaciona-se à política pública de inclusão educacional por meio da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, a qual assegura o ingresso de estudantes oriundos de grupos historicamente vulneráveis no ensino superior público, especialmente aqueles com renda per capita igual ou inferior a um salário-mínimo. Este cenário evidencia a urgência de políticas que ultrapassem o acesso, assegurando a permanência e a conclusão do ensino com qualidade e equidade, em consonância com o direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 205). A permanência de estudantes cotistas, nesse contexto, é um dos pilares centrais para a democratização efetiva do ensino superior no Brasil e se alinha diretamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) da Agenda 2030 da ONU, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo analisar as ações afirmativas e os programas de assistência estudantil desenvolvidos pelas universidades públicas, com foco nas estratégias voltadas à permanência de estudantes cotistas no ensino superior brasileiro. **Metodologia:** A pesquisa será conduzida por meio de levantamento bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa e exploratória, conforme os fundamentos metodológicos de Marconi e Lakatos (2014). Serão analisados documentos institucionais, estudos acadêmicos, dados oficiais e programas como o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), a fim de compreender os principais mecanismos de permanência implementados nas instituições públicas de ensino superior. **Resultados e Discussão:** A

¹ Graduanda do curso de Direito Universidade Católica Dom Bosco. Email: bmol2007@gmail.com.
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5016567378570994>.

² Graduanda do curso de Direito. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório Interdisciplinar de desenvolvimento Local (OIDL) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Bolsista Fundect/MS. Email: brunamatos.silveiraa@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7985702830004999>.

³ Doutorando em Direito pela Universidade Nove de Julho (Uninove). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4852611529301313>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0678-4988>.

análise da política de cotas revela que sua efetividade depende de programas estruturantes de permanência, que englobem apoio financeiro, moradia estudantil, alimentação, transporte e acompanhamento acadêmico e psicológico. Estudos apontam que estudantes cotistas, apesar das notas de ingresso mais baixas, tendem a alcançar desempenhos acadêmicos equivalentes ou superiores aos da ampla concorrência quando têm acesso ao suporte adequado (Pinheiro; Pereira; Xavier, 2021). A permanência, portanto, está fortemente vinculada ao suporte institucional. O PNAES tem se mostrado essencial nesse contexto, oferecendo auxílios diversos que possibilitam ao estudante dedicar-se aos estudos. Contudo, falhas na execução dessas políticas, bem como a insuficiência de recursos, comprometem a permanência, refletindo-se em maiores índices de evasão entre os grupos mais vulneráveis. A literatura e os dados oficiais convergem na necessidade de fortalecimento dessas ações para garantir o sucesso da política de cotas como instrumento de justiça social e promoção da equidade educacional. **Conclusão:** Conclui-se que, embora a política de cotas amplie o acesso de estudantes historicamente excluídos ao ensino superior, sua efetividade depende de políticas consistentes de permanência. O ingresso, sem condições adequadas para continuidade e conclusão dos estudos, não assegura equidade educacional. Essa limitação compromete os resultados da política afirmativa e evidencia a necessidade de ações mais integradas e estruturadas. Neste contexto, a pesquisa contribui com a análise crítica dessas políticas e reforça a urgência de seu aprimoramento. Ao alinhar-se ao ODS 4 da Agenda 2030 da ONU, reafirma o compromisso com uma educação superior inclusiva, de qualidade e promotora de trajetórias acadêmicas completas e equitativas.

Palavras-chave: Direito à educação; Lei de Cotas; Permanência Estudantil; Inclusão.

Referências

IANNE, Octavio. **Teorias da Globalização**. 18. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

PENA, M. A. C.; MATOS, D. A. S.; COUTRIM, R. M. da E. Curso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, vol. 25, n. 1, 2020, p. 27-51. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100003>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PINHEIRO, D. C.; PEREIRA, R. D.; XAVIER, W. S. Impactos das Cotas no Ensino Superior: Um Balanço do Desempenho dos cotistas nas Universidades Estaduais. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260020>. Acesso em: 04 jul. 2025.

SILVA, G. M.; PRUDÊNCIO, J. D. L. “Quarto de despejo” acadêmico: assistência e permanência estudantis nas Universidades Públicas Federais. **Temporalis**, v. 24, n. 47, p. 172-188, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n47p172-188>. Acesso em: 12 jul. 2025

THEODORO, D.; DE FREITAS, M. de F. Q. Acesso e Permanência no Ensino Superior Público: O Papel da Assistência Estudantil para Estudantes Cotistas. **RECIMA21** -

XXII CIDH

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Revista Científica Multidisciplinar, v. 6, n. 5, 2025. DOI:
<https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425>. Acesso em: 12 jul. 2025.

